PROJETO DE LEI Nº 036/2019

“Dispõe sobre a concessão gratuita de direito real de uso de terreno público ao Grupo Escoteiro de Ipê, e dá outras providências.”

VALÉRIO ERNESTO MARCON, Prefeito Municipal de Ipê/RS, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, encaminho à Câmara de Vereadores, para apreciação e posterior votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, de forma gratuita, ao Grupo Escoteiro de Ipê, para a realização de suas atividades institucionais, bem como outras de interesse público, sendo permitida a edificação da sede do grupo no referido imóvel, desde que respeitada a legislação correspondente, direito real de uso do imóvel urbano de propriedade do Município, matriculado no Cartório de Registros de Imóveis de Antônio Prado, CNS 10.160-0, sob o nº 12.666, Livro nº 2 – Registro Geral, com a seguinte descrição: *“um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído do lote 225, da quadra 10, Setor 01, situado na Rua Pinheiro Machado, esquina com a Travessa Guaíba, no município de Ipê, RS, com área de 628,00m² (seiscentos e vinte oito metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, por 28,40 metros confrontando com o Lote 295, de propriedade do município de Ipê; ao SUL, por 28,18 metros confrontando com a Travessa Guaíba; ao LESTE, por 21,85 metros confrontando com a Rua Pinheiro Machado; e ao OESTE, por 22,58 metros confrontando com o Lote 295, de propriedade do Município de Ipê”*.

Art. 2º A concessão será outorgada mediante termo administrativo, obedecidas as seguintes condições:

- I - prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período;
- II - proibição de transferência e utilização para fins particulares;
- III - vedação de locação, sublocação ou comodato.

Parágrafo Único. A inobservância dos incisos II e III, ou se comprovado, a qualquer tempo, desvio de finalidade da utilização do imóvel ou extinção da entidade, importará na resolução do contrato de concessão, com retomada do imóvel e suas acessões, sem prejuízo de indenização pelo Grupo e seus administradores, de eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º Ao término do prazo de concessão, o imóvel retornará ao Poder Público, com todas as acessões e benfeitorias realizadas, devendo a entidade indenizar eventuais prejuízos causados ao imóvel.

Art. 4º A partir da assinatura do termo administrativo de concessão, o beneficiário se obrigará com todas as despesas e responsabilidades civis, criminais, trabalhistas, previdenciárias e administrativas que venham a recair sobre o imóvel ou sobre as atividades nele desenvolvidas.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 06 de dezembro
de 2019.

VALÉRIO ERNESTO MARCON
PREFEITO MUNICIPAL